

Circular n.º 041/2024

Brasília(DF), 1º de fevereiro de 2024.

Às seções sindicais, secretarias regionais e ao(à)s diretores(a)s do ANDES-SN

Assunto: Complementa a Circular n.º 037/2024.

Companheiros(a)s,

Em complementação à Circular n.º 037/2024 que enviou o relatório do Setor das IFES realizada no dia 27 de janeiro de 2024, na Sede do ANDES-SN, em Brasília (DF), encaminhamos, em anexo, os informes das seções sindicais que não constaram no relatório enviado anteriormente.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações universitárias e sindicais.

Prof.^a Annie Schmaltz Hsiou
3ª Secretária

ANEXO – CIRCULAR N.º 041/2024

1. ADUA

Informes enviados via formulário Google:

Com a presença de 35 docentes na AG realizada em 26 janeiro de 2024 às 16h no Auditório da Entidade, foram aprovados os seguintes encaminhamentos:

- a) Rejeitar a proposta apresentada pelo Fonasefe – aprovado por unanimidade;
- b) Propor um reajuste em 2025 contemplando um ajuste emergencial em 14,12% referentes a 2024 (7,06) e 2025 (7,06) - aprovado por maioria;
- c) Reposição das perdas históricas a partir de 2010 – aprovado por unanimidade;
- d) Intensificação da pressão sobre MEC instalação da mesa setorial, orçamento e reestruturação da carreira docente - aprovado por unanimidade;
- e) Construção de Dossiê sobre precarização na IFES – votação: aprovado por unanimidade;
- f) Intensificação do trabalho da direção e dos representantes dos Crads junto às unidades acadêmicas sobre carreira docente e perdas salariais – votação: aprovado por unanimidade;
- g) Discussão no Andes a partir de fevereiro sobre a construção da greve para 2024 na categoria docente- aprovado por maioria.

2. ADUFF

Informes enviados via formulário Google:

A ADUFF/SSind realizou Assembleia Geral no dia 25 de janeiro. A categoria foi unânime na rejeição da proposta apresentada pelo governo. Foi destacado o processo de mobilização entorno da Campanha Salarial desde janeiro de 2023 e o pouco resultado que tivemos junto a MNNP.

Foi ressaltado que em nome da governabilidade, o processo de negociação será longo e exigirá que não recuemos a pressão encima do governo e políticos aliados, a fim de fazer com que o conjunto da pauta dos servidores públicos avance. O que medirá o enfrentamento à proposta apresentada pelo governo é a capacidade de nossa mobilização. Precisamos levar a Campanha salarial para dentro das universidades, dialogar com a categoria, situar o processo de negociação e apontar todas as perdas que temos tido, a fim de criar um processo de adesão e mobilização que fortaleça o movimento docente no âmbito da luta dos servidores públicos.

Em relação à proposta apresentada no âmbito do Fonasefe, foi avaliado o erro em indicarmos a possibilidade de parcelamento do reajuste, e que precisamos fazer pressão

para que nossa pauta seja discutida e atendida, mesmo diante das negativas do governo. Precisamos ampliar nossa articulação com outras frentes – parlamentar e jurídica.

Indicativos da AG da ADUFF/SSind:

- h) Importância de termos conseguido manter uma ação unificada no âmbito dos SPFs e a necessidade de mantermos essa perspectiva, atuando contra o divisionismo instigado pelas ações do governo.
- i) Manter e avançar na mobilização dos SPFs no âmbito dos estados.
- j) Não aceitar ficar um ano sem reajuste, nem que seja sob a taxa da inflação, pois isso é abrir precedente para um novo período sem reajuste para o funcionalismo público.
- k) Não admitir a não isonomia entre ativos(as) e aposentados(as), as propostas devem abarcar esse segmento do funcionalismo.
- l) Nossas ações precisam passar por momentos de organização mais ampla, provocando um processo crescente de mobilização.

3. ADUFMS

Informes enviados via formulário Google:

Assembleia realizada em 21.12.2023, onde decidiu-se pela defesa da recomposição salarial, ainda que de forma parcelada, mas com primeira parcela em 2024. Apontou-se ainda a impossibilidade de greve em razão da desmobilização da categoria na UFMS, por razões que vão desde o afastamento durante a pandemia, passando também pela política de intimidação e cooptação da gestão da IFES, que tem produzido relações de assédio, seja por meio de PAD, demissão, incentivo a Educação à Distância (impôs a todos os cursos, inserindo nos PPCs os 40% de carga horária EAD), esvaziando a universidade e promovendo afastamento dos/das docentes do sindicato, considerado persona non grata no interior da universidade. Neste quadro, aprovou-se ações de mobilização pontuais para informar e envolver os/as docentes nas ações políticas em defesa da recomposição salarial.

4. ADUFPI

Informes enviados via formulário Google:

A ADUFPI realizou assembleia em Teresina, Picos, Floriano e Bom Jesus para tratar da pauta salarial discutindo a conjuntura e analisando a contraproposta do governo. Na análise de conjuntura feita coletivamente a categoria foi enfática em reiterar o desrespeito do governo com os profissionais da educação das universidades, protelando a negociação quanto a pauta apresentada pelo Fonasefe. Em todas as Assembleias foi reiterada a necessidade de haver reajuste também em 2024. Em todas as AGs a categoria se posicionou contrária a contraproposta do governo quanto ao que foi apresentado e pela

exclusão de aposentados para o ano de 2024 e indicou a necessidade de continuidade do processo de negociação reiterando a necessidade de haver percentual de reajuste também em 2024 com os índices apontados pelo Fonasefe.

5. SESUNILA

Informes enviados via formulário Google:

As aulas no dia 22 de janeiro, de modo que tivemos pouco tempo para convocar a assembleia geral. Ainda assim, conseguimos realizar nossa assembleia na sexta-feira, 26 de janeiro. A deliberação da assembleia foi unânime pela recusa à proposta salarial apresentada pelo governo. Também foi debatida a importância de que a discussão salarial possa se articular à luta da carreira. No ano passado, buscamos chamar a atenção para o tema da carreira realizando uma atividade no início de novembro em que os colegas puderam tirar dúvidas práticas sobre os pedidos de progressão, mas, juntamente com isso, puderam ouvir uma palestra de Luiz Henrique Schuch sobre a história de lutas de nossa carreira. Também foi sinalizada a importância de ser mantida a atenção permanente em relação ao tema da Reforma Administrativa.

Localmente tivemos no ano passado um momento de grande tensão quando a comunidade universitária foi atropelada por uma negociação iniciada entre o governo paraguaio, a presidência de Itaipu e o governo brasileiro para a transformação da UNILA em uma universidade binacional. Esse debate acabou ganhando enorme proporções e o sindicato cobrou um posicionamento da Reitoria. A questão está sendo encaminhada com a substituição da ideia de uma universidade binacional, pela criação de um Instituto binacional no interior da UNILA.

Outro foco importante de atuação do sindicato foi a pressão pelo reconhecimento de nossos direitos de progressão, que teve um impulso importante com o último parecer da AGU e a PROGEPE já sinalizou que faria a revisão das progressões atrasadas. Ainda estamos atentos para que sejam esclarecidos os fluxos, mas já estamos orientando nossa base a encaminharem seus pedidos. Reforçamos a importância de este tema continuar sendo pautado nas mesas de negociação com o governo, para que tenhamos um entendimento definitivo.

Em relação às RTs, tivemos uma decisão judicial liminar favorável para o reconhecimento da ata de defesa como único documento necessário para encaminhar o processo, considerando ainda o efeito remuneratório retroativo `data da defesa. Outra conquista foi a revisão de uma Instrução normativa interna da Unila que impedia o afastamento de curta duração (nacional ou internacional) para docentes substitutos ou visitantes. Haveria outros pontos a ressaltar mas finalizo aqui para manter breve o relato.

6. ADUnB

Informes enviados via formulário Google:

A Assembleia Geral para eleição dos delegados e delegadas para o 42º Congresso do ANDES foi realizado em 11 de dezembro, na oportunidade foram eleitos 11 delegados (diretoria e base) e 3 observadores. Na oportunidade foi realizada um balanço da campanha salarial, da URP, progressão funcional. Reafirmou-se a necessidade continuar a campanha, fortalecer a luta e a pressão junto ao governo para apresentar proposta salarial que contemple ativo e aposentadas/os. A UnB entrou em recesso no dia 26 de dezembro, e retorna sua atividades no dia 18 de março. Primeiro recesso regular após a pandemia. Não foi convocada Assembleia Geral para debater proposta do governo e a contraproposta do FONASEFE, tendo em vista o recesso.

Estamos em tratativas para dar andamento aos desdobramentos à garantia aos docentes referente Progressão e Promoção funcional após os últimos desdobramentos da ação judicial vencida pelo sindicato em primeira instância e o novo entendimento da AGU. Muitas reuniões estão sendo debatidas com o DGP da UnB e o sindicato está numa organização de seminários e orientações coletivas para tratar cada caso de docentes que tiveram problemas com suas progressões múltiplas. Até o momento, o sindicato já mapeou mais de 180 docentes que estão com problemas de reconhecimento de progressão.

A ADUnB, DCE e Sintfub iniciaram o processo de debate sobre a Consulta Pública para a Reitoria da UnB. A defesa preliminar das entidades é manter a consulta feita pelas entidades antecedendo a eleição formal no CONSUNI. Defesa da paridade, respeito pelo CONSUNI da vontade da comunidade.

Estamos avançando no debate de aditivar o contrato de concessão do uso do espaço de sindicato dentro da UnB, respondendo a sindicância aberta pela CGU. Estamos acompanhando os professores que estão sendo perseguidos por conta de suas defesas sobre a questão palestina. Em alguns casos, vamos entrar com medidas judiciais a partir da avaliação da Assessoria Jurídico.

7. ADUR- RJ

Informes enviados via formulário Google:

Ao longo do segundo semestre de 2023 a Adur - em assembleias gerais, reuniões do Conselho de Representantes e do GTCarreira - debateu e acompanhou a Mesa de Negociação afirmando duas posições: a não aceitação do reajuste zero e a necessidade de buscar uma proposta que avançasse na negociação e que incluísse os aposentados e aposentadas. A Adur definiu em AG híbrida em 30/10 a participação da última paralisação de dois dias. A paralisação foi de alta adesão, no entanto a mobilização de rua foi baixa e a avaliação tem sido que a mobilização dos professores ainda não tem avançado. A diretoria avalia que paralisações de 1 e não 2 dias são melhor recebidas pela

categoria. Na última AG de 13/12 foi reforçada a posição de não aceitação do reajuste zero e que se inclua os aposentados e aposentadas. Como não havia ainda uma contraproposta do Fonasefe, não entrou na pauta. Na pauta desta AG relocalizamos a urgência de avanço na luta pelas pautas da carreira quanto: ao reconhecimento da insalubridade, tanto a reconversão de tempo especial em tempo de aposentadoria, quanto a revogação da NR 15 e 16 e IN 90; a progressão, que já avançamos com a atuação da ADUR internamente na UFRRJ; e o reposicionamento. Tiramos como deliberação encaminhar um TR sobre reposicionamento de concursados de carreira. A contraproposta encaminhada pelo Andes não foi levada à categoria por estarmos em recesso e a grande maioria em férias. A diretoria entende que a proposta do Fonasefe, identificando que estamos no segundo bloco com 22,71% escalonado de 2024 a 2026, avança como contraproposta de negociação.

8. SINDUFAP

Informes enviados via formulário Google:

- a) Durante a jornada de mobilização o Sindufap realizou roda de conversa sobre a campanha salarial para 2024 e carreira docente. As discussões da categoria sinalizaram a necessidade de radicalização da luta e rejeição do reajuste de 0% em 2024 apresentado pelo governo.
- b) Denúncia de atos autoritários por parte da reitoria da Unifap, expresso na intervenção no Departamento de Educação, campus de Mazagão e Santana e Hospital Universitário. Além disso, a reitoria busca silenciar o movimento docente unifap retirando faixas e cartazes nos campi.

9. ADUFC

Informes enviados via formulário Google:

- a) A ADUFC participou, na manhã de quarta-feira (24/01), de ato unificado pela campanha salarial dos/as servidores/as públicos/as federais, ao lado de mais 27 entidades. A mobilização ocorreu em frente ao prédio da Receita Federal, em Fortaleza, e contou com o apoio massivo do movimento estudantil, representado por diferentes coletivos. Servidoras e servidores cobram do governo proposta de reajuste salarial digno, que não aprofunde as perdas salariais recentes. O ato foi organizado coletivamente pelos fóruns nacionais das entidades dos servidores públicos federais (Fonasefe) e das carreiras típicas de Estado (Fonacate), pelo Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Ceará (SINTSEF) e pelo Fórum Permanente em Defesa do Serviço Público – Ceará, no qual a ADUFC ocupa a coordenação colegiada. A manifestação foi replicada em outros estados, lembrando também a ocasião do Dia Nacional de Luta das Aposentadas e dos Aposentados, que reforça a luta por isonomia de direitos entre servidores ativos e aposentados no funcionalismo público.

- b) Docentes debateram e aprovaram, em Assembleia Geral da ADUFC na quinta-feira (25/01), uma contraproposta de reajuste salarial para servidores públicos federais a ser levada para as instâncias deliberativas do ANDES-SN. Não aceitar zero de reajuste em 2024, reivindicar um índice entre 24% e 30% e garantir isonomia de direitos para servidores ativos e aposentados foram as deliberações centrais da Assembleia Geral. A margem do percentual tem como base o reajuste garantido pelo governo às categorias da Polícia Federal, conforme sugerido pela secretária-geral da ADUFC, Prof.^a Maria Inês Escobar. A Prof.^a Irenísia Oliveira, presidenta do sindicato, fez uma apresentação de um estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) sobre uma projeção de recomposição para o funcionalismo público federal. Ela ainda expôs um levantamento elaborado pelo Prof. Júlio Barros, do Departamento de Estatística e Matemática Aplicada da UFC e ex-presidente do Conselho Fiscal da ADUFC, sobre a defasagem salarial da carreira docente federal ao longo dos últimos anos. Entre os pontos levantados por professores e professoras, também está a urgência na reestruturação da carreira no magistério superior. A avaliação é de que é preciso avançar com o debate pela valorização docente.

10. ADUFRJ

Informes enviados via formulário Google:

Assembleia deliberou por contestar.